

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em \_\_\_\_\_

Conceição de Maria Lage Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Francisco

Simão  
para relatar.

Em \_\_\_\_\_

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 22 DE MAIO DE 2023.  
PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº 31956/2023**

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

**I - RELATÓRIO E VOTO**

Foi enviada para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei Complementar nº 06 de Junho de 2023 que tem a seguinte ementa: **"Dispõe sobre alterações da Lei Complementar nº 230, de 29 de novembro de 2017, do Estado do Piauí, com a criação e extinção de cargos em comissão e de funções de confiança, com as respectivas alterações nos seus Quadros e Anexos, e dá outras providências."**

O projeto visa, através da criação dos cargos supracitados, promover o atendimento à demanda, a realização de esforços nas unidades com altas taxas de congestionamento e onde houver acúmulo extraordinário de processos, bem como para atingimento de metas locais ou nacionais, contribuindo para assegurar a razoável duração do processo e a celeridade de sua tramitação.

Segundo a proposta, alterar-se-á a Lei Complementar nº 230/2017 a fim de criar cargos em comissão e funções de confiança, na estrutura do Poder Judiciário Estadual. Quais sejam: 1 (um) cargo em comissão de Assessor de Magistrado (CC/03), 2 (dois) cargos em comissão de Assistente de Magistrado (CC/04), 1 (um) cargo de Oficial de Gabinete (CC/06) e 1 (uma) função de confiança de Secretário de Vara (FC/03), dentro do quadro de pessoal das Varas de 1ª Instância.

Ressalta-se que o Tribunal de Justiça, por meio dos despachos nº 43540/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SOF/CEORC e nº 65303/2023 PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SOF, apresentou demonstrativo de impacto orçamentário anual e informou que não há disponibilidade financeira e orçamentária para o aumento de despesas propostas, no entanto, afirma ter firmado parceria com o Governo do Estado para a reestruturação das varas, condicionada ao repasse dos recursos, acordados, por meio de suplementação financeira e orçamentária.

Passando a análise sobre a constitucionalidade do referido projeto, observo que se encontra de acordo com o art. 75, § 2º da Constituição do Estado art. 96, II, "a" e 125, § 1º,



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

ambos da Constituição Federal, quanto à sua iniciativa bem como quanto ao teor da matéria objeto desta proposição.

Observa-se também que a proposição de lei complementar não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 96, I, 105, VI e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade e técnica legislativa, minha manifestação é **favorável a Constitucionalidade** do referido projeto.

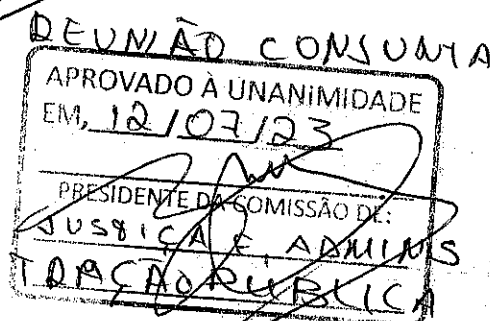
**II - DO PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

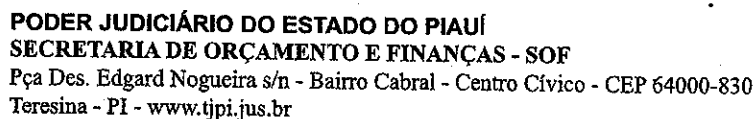
( ) Pelo acatamento do voto do relator ( ) Pela rejeição do voto do relator,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 12 de junho de 2023.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator



Acatou parecer da CCJ  
Hélio Rodrigues

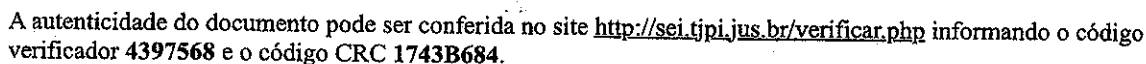
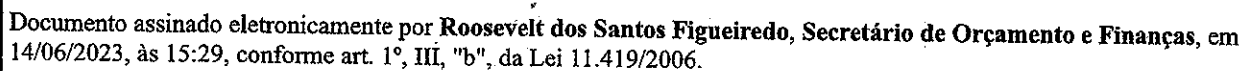


Visto, ciente do Despacho 65139 (4396200) e demonstrativo apresentado pela Coordenação de Execução Orçamentária da SOF (Id: 4396227), em que conclui pelo impacto orçamentário anual no montante de **R\$ 22.097.191,77 (vinte e dois milhões, noventa e sete mil cento e noventa e um reais e setenta e sete centavos)**, referente à propositura constante no Anteprojeto de Lei 1 (4390807) e complemento constante na Errata 158 (4393802).

No entanto, considerando a recente parceria firmada com o Governo do Estado para a reestruturação das varas, e acordados em [REDACTED] com o objetivo de [REDACTED] posterior análise e/ou revisão dos impactos anuais vindouros, com a implementação pertinente nos instrumentos de planejamento orçamentários, e atendimento ao disposto no art. 16 e 17 da Lei Nº 101/2000 que aduz:

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

Retorno os autos ao GABJAPRES2.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CEORC**  
Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830  
Teresina - PI - [www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)

Despacho Nº 43540/2023 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SOF/CEORC

Vistos etc.

Em atenção ao Despacho 43292 (4225987), informamos o **impacto financeiro e orçamentário** relacionado à criação e extinção de cargos constantes no art. 2º ao art. 24 da Minuta 376 (4189059), mediante Anexo Impacto - Reforma Administrativa (4228156).

Diante disso, destacamos que a Reforma Administrativa resultou em impacto anual de **R\$ 2.850.555,35** (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) e mensal de **R\$ 237.546,28** (duzentos e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos).

Dessa forma, observando-se os preceitos legais dispostos na Lei 7.949/2023 (LOA 2023), bem como o Quadro de Detalhamento da Despesa, informamos a **disponibilidade orçamentária e financeira a partir do mês de junho/2023**, no valor de **R\$ 1.662.823,96** (um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil oitocentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos), na Unidade Orçamentária 04101 - Tribunal de Justiça, ação orçamentária 2600 - Gestão de Pessoas, fonte: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

Ademais, no que concerne ao art. 26 da Minuta 376 (4189059), tendo em vista que cabe à Presidência a concessão, a fixação e revisão, podendo ser aumentado em até 50% (cinquenta por cento), evidenciamos que a análise de disponibilidade financeira e orçamentária será realizada, oportunamente, quando do ato relacionado ao respectivo aumento.

Ante o exposto, encaminhem-se os autos ao **Exmo. Des. Presidente** para deliberação.



Documento assinado eletronicamente por **Roosevelt dos Santos Figueiredo**, Secretário de Orçamento e Finanças, em 24/04/2023, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador 4228157 e o código CRC 849F55AD.

23.0.000041382-8

4228157v4

REUNIÃO CONSUNTA

APROVADO À UNANIMIDADE  
EM, 12/07/23

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:  
SUSCITA E ADMN  
NISTRAÇÃO PÚBLICA